

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2013

APROVAÇÕES

Câmara Municipal

Em de Março de 2014

Assembleia Municipal

Em ____ de _____ de 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013

Enquadramento Legal

De acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece como competência da Câmara Municipal, "elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de Prestação de Contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo", tendo em vista o controlo político por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central. A obrigação de submissão ao órgão deliberativo para apreciação das contas da autarquia está também patente no n.º 1 do artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão. Estabelece também que o Relatório de Gestão deve contemplar a situação económica e financeira da autarquia local, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo, proposta da aplicação dos resultados para além de outros factos relevantes ocorridos no exercício.

Os Documentos de Prestação de Contas são apresentados em obediência à Resolução n.º 4/2001 - 2.ª Secção - Tribunal de Contas, de 12 de Julho de 2001 - Instruções n.º 01/2001 - 2.ª S - Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicada no D.R. II.ª Serie, n.º 191, de 18/08/2001 com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, publicada no D.R. 226 em 21 de Novembro de 2013.

Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.

INTRODUÇÃO

Tratando-se de uma gerência repartida em que o atual executivo apenas é responsável por menos de um quarto do período em análise, procuramos neste tempo, dar continuidade às ações e projetos previamente definidas nos documentos previsionais elaborados e aprovados pelo executivo anterior.

Constatamos porém e o que é de salientar, que o Município viu aumentar a sua capacidade de endividamento líquido, bem como baixar a dívida com fornecedores para valores próximos do zero. Também o prazo médio de pagamento foi reduzido, e está fixado abaixo dos 30 dias.

Não podemos esquecer que a conjuntura económico-financeira, a crise social vivida no nosso país e também refletida no nosso concelho nos últimos anos e que teima em não nos largar, as consequentes quebras de receita e os aumentos verificados nas taxas de IVA, aumentos de preços dos produtos e da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, obrigam o executivo a canalizar os seus recursos para fins que não ajudam a promover o desenvolvimento do Concelho.

A crise social atrás referida, tem no desemprego a sua principal reflexão e como fator responsável pelo fraco rendimento económico das famílias. É pois uma preocupação nossa combater esse flagelo, o que nos levou a celebrar protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para integrar alguns trabalhadores.

Sobre os documentos em apreciação, uma das preocupações deste executivo é ajustar o mais realisticamente possível a elaboração dos documentos de Prestação de Contas, designadamente Opções do Plano e Orçamento.

A apresentação do Relatório de Gestão deve refletir as políticas inscritas no Orçamento. Deste modo como adiante se verá, nas Opções do Plano e Orçamento de 2013, o executivo municipal inscreveu as receitas que iria traduzir a cobrança efetiva para não desvirtuar a realidade da sua execução, bem como evitar a produção de despesa sem a consequente contrapartida.

É também uma preocupação nossa manter um relacionamento de proximidade e cooperação com as instituições locais com responsabilidade nos vários domínios de atividade, apoiando-as financeiramente ou com material,

designadamente a Banda Musica dos Bombeiros, Ranchos Folclóricos, Grupos de Pauliteiros e outras Associações Culturais e Desportivas.

Na educação e no que respeita às atividades letivas, deu-se continuidade às atividades de enriquecimento curricular através da contratação de empresas especializadas, forneceu-se a todos os alunos sem exceção o transporte escolar gratuito, bem como o fornecimento de refeições aos deslocados do 1º Ciclo, concedendo ainda várias isenções de pagamento aos mais desfavorecidos. Foi ainda atribuído um subsídio a todos os alunos do 1º Ciclo para pagamento dos manuais escolares sendo-lhe também oferecidos os livros das atividades extracurriculares.

A Biblioteca Municipal continua a ser apetrechada com novos volumes.

Prosseguindo os objetivos de promover o bem-estar das populações, em particular daquelas que pela sua condição social e económica estão mais vulneráveis aos fatores de pobreza e exclusão social, procedeu-se a algumas intervenções e melhorias em habitações mais degradadas.

Foram concluídas algumas vias municipais, para além da continuidade de outras empreitadas em execução bem como a manutenção e melhoramento dos espaços públicos.

Muitas atividades foram desenvolvidas ao longo do ano que serão analisadas mais em pormenor ao longo das páginas seguintes.

Relativamente à **execução orçamental de 2013**, verificou-se uma receita global de 13.829.195,58 €, a que corresponde uma taxa de execução de 90,9%, e uma despesa de 11.138.912,81 €, com uma taxa de execução de 73,2%.

É de salientar a boa execução das receitas correntes que apresentam uma taxa de 102,7% face à previsão orçamental.

As contas verificadas no final do ano mostram que a dívida de médio e longo prazo desceu consideravelmente e a de curto prazo é quase nula.

Os valores da dívida do nosso Município, em 31 de dezembro de 2013 são:

- **Dívidas de curto prazo/fornecedores: apenas 3.427,74€;**
- **Dívidas de médio e longo prazo (empréstimos bancários): 5.013.100,11€** (menos 798.585,28 € do que em 31 de dezembro de 2012).

As constantes restrições orçamentais e a proibição de assumir compromissos sem que seja verificada a existência de fundos disponíveis, aliada ao facto de não poder haver pagamentos em atraso nem aumento das dívidas,

condiciona no tempo a satisfação de alguns pedidos e/ou necessidades, atrasando por vezes a realização de algumas atividades.

ANÁLISE PATRIMONIAL E ECONÓMICA

Os dois documentos que se seguem, serão analisados com maior detalhe, quando estiverem a ser comentadas as "Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados".

Balanço

ATIVO	2012	2013	Fundos Próprios e Passivos	2012	2013
Imobilizado			Fundos Próprios		
Bens de domínio Público	44.759.050,96	41.801.980,72	Património	16.067.419,56	16.067.419,56
Imobilizações Incorpóreas	88.140,24	79.455,76	Subsídios	17.899.377,60	18.423.446,87
Imobilizações Corpóreas	48.557.815,97	46.828.947,45	Doações	300,00	300,00
Investimentos Financeiros	6.490,98	6.490,98	Resultados Transitados	29.943.561,12	29.133.683,27
	93.411.498,15	88.716.874,91	Resultado Líquido do Exercício	-912.085,36	-1.657.588,29
Circulante				62.998.572,92	61.967.261,41
Existências	215.711,11	192.359,23	Passivo		
Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	5.881.685,39	5.013.100,11
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	130.720,87	216.591,53	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	599.148,56	498.788,35
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	Acréscimos de Custos	238.933,04	341.256,92
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	704.513,51	3.350.517,04	Proveitos Diferidos	24.808.799,96	24.709.098,25
Acréscimos e diferimentos	64.676,23	53.162,33		31.528.546,95	30.562.243,63
	1.115.621,72	3.812.630,13			
Total do Ativo	94.527.119,87	92.529.505,04	Total dos Fundos Próprios e Passivo	94.527.119,87	92.529.505,04

Em 31 de Dezembro de 2013 o ativo do Município de Mogadouro era de 92.529.505,04€ registando portanto um decréscimo de 1.997.614,83€ em relação ao ano anterior. Há semelhança do último exercício, esta redução deve-se essencialmente ao valor das amortizações que apresenta o valor de 6.477.642,78€, ou seja valor muito superior ao investimento realizado durante o ano. Relembramos que o valor tão elevado das amortizações, está diretamente relacionado com o período de vida útil reduzido e conseqüente taxa elevada, atribuída aos bens aquando a inventariação dos mesmos pela empresa contratada para o efeito.

Demonstração de Resultados

Custos e Perdas	2012	2013	Proveitos e Ganhos	2012	2013
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	357.116,05	521.136,91	Prestações de Serviços	1.293.764,08	1.542.588,52
Fornecimentos e Serviços Externos	3.859.613,75	3.865.162,90	Impostos e Taxas	630.522,74	969.008,14
Custos com Pessoal	2.396.156,76	2.662.223,34	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e prestações sociais	473.922,07	521.729,44	Proveitos Suplementares	0,00	0,00
Amortizações do exercício	6.444.253,87	6.477.642,78	Transferências e subsídios obtidos	9.949.676,89	9.280.796,03
Provisões do exercício	2.203,76	2.126,59	Proveitos e Ganhos Financeiros	14.449,36	11.565,63
Outros custos operacionais	5.030,99	1.101,60	Proveitos Extraordinários	1.511.877,48	1.382.048,81
Custos e Perdas Financeiras	116.780,44	44.933,12			
Custos e Perdas Extraordinárias	657.198,22	747.538,74			
Total	14.312.375,91	14.843.595,42	Total	13.400.290,55	13.186.007,13

Na análise deste mapa constata-se que comparativamente a 2012, os custos registaram um aumento global de 531.219,51€, sendo que parcialmente apenas os "custos e perdas financeiras" registam reduções acentuadas enquanto todos os outros e embora com valor reduzido registam aumentos, com destaque para os custos com pessoal, no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e nos custos e perdas extraordinárias.

Quanto aos proveitos, verifica-se um decréscimo total de 214.283,42€, os quais resultam de aumentos de cerca 250.000 e 330.000 euros na prestação de serviços e nos impostos e taxas respetivamente, anulados pelos cerca de 670 mil euros de redução verificados nas transferências e subsídios obtidos. Também os proveitos extraordinários registaram quebras na ordem dos 130 mil euros.

ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Análise da Receita

É importante referir que o orçamento apresentado para 2013 era inferior ao do ano anterior em 7.699.342,00€, ou seja, contempla uma redução de cerca de 33%, situação que se reflete naturalmente nas taxas de execução ora apresentadas, resultante da preocupação de elaborar orçamentos mais realistas.

De salientar também que da execução anual, resultou uma poupança em termos financeiros designada por saldo de tesouraria de 2.864.269,83€ que transita para o ano seguinte.

A taxa de execução da receita corrente é de 102,70%, muito superior ao previsto e principalmente á registada no ano transato, verificando-se também um comportamento positivo em todos os capítulos, com exceção das "outras receitas correntes". Contudo já no que às "receitas de capital" diz respeito, passou-se o inverso, porque por um lado, reduziram as transferências provenientes de candidaturas de obras com financiamento FEDER, e por outro a alteração da distribuição do Fundo de Equilíbrio Financeiro que aumentou as receitas correntes em detrimento das receitas de capital, provocando assim uma contração neste de tipo de receitas.

Já quanto ao valor global da receita, e apesar de taxas de execução mais elevadas, verificamos uma quebra de 887.095,17€ em reação ao ano de 2012,

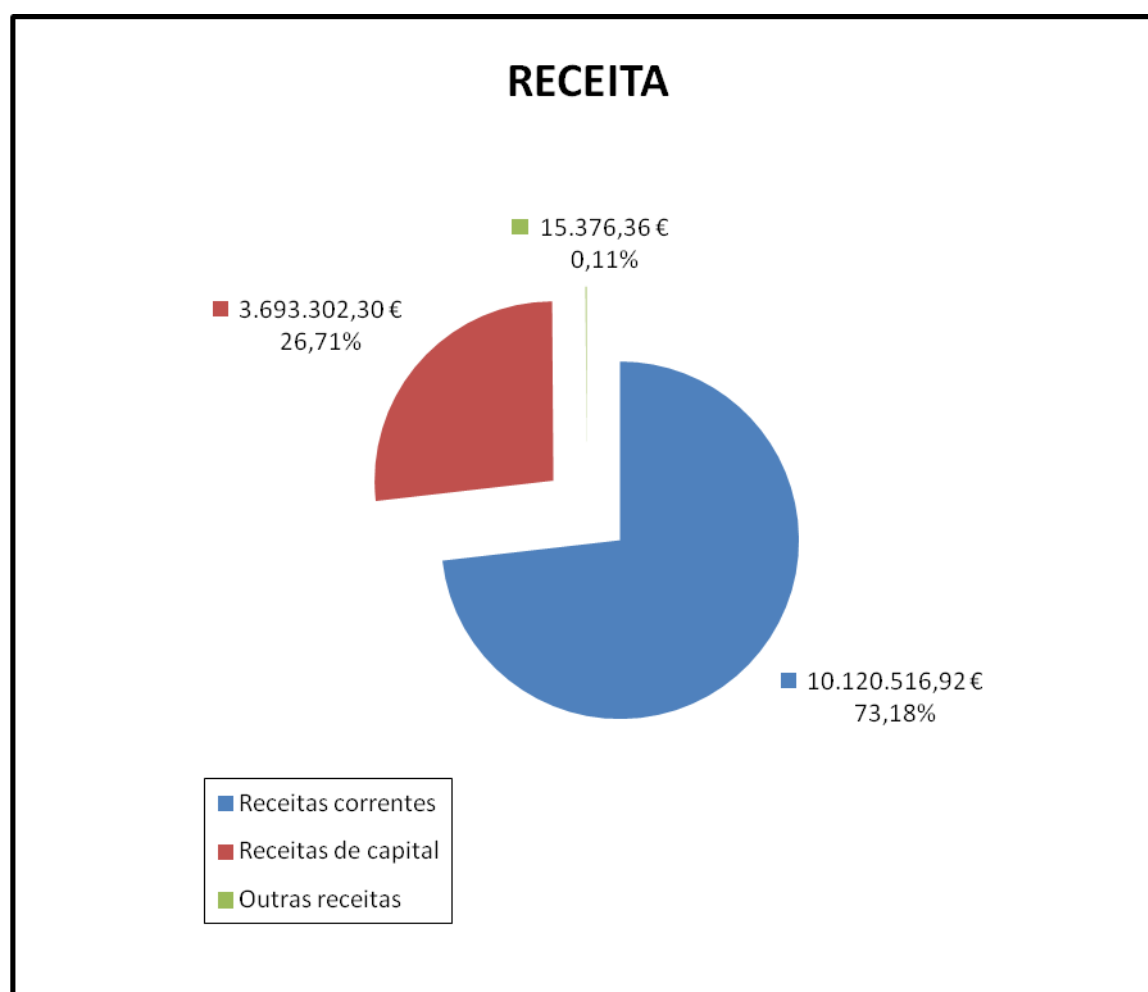
resultante exclusivamente das receitas de capital, porque as correntes aumentaram.

Do aumento verificado nas receitas correntes e também porque as despesas correntes não tiveram alterações significativas, resulta uma canalização de verbas correntes para o investimento municipal.

Receita Total

Descrição	2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Corrente	7.904.850,16	48,3	8.214.846,42	55,8	10.120.516,92	73,2
Receita Capital	8.463.430,65	51,7	6.501.444,33	44,2	3.708.678,66	26,8
Total de Receitas	16.368.280,81	100	14.716.290,75	100	13.829.195,58	100

Gráfico das Receitas: Total - 13.829.195,58 €



O orçamento municipal de 2013, cujo valor corrigido se fixou em 15.215.263,00€, reflete ao nível da sua execução, um valor percentual de 90,8%, percentagem muito superior à do último ano (63,8%) mas com um valor inferior, mostrando que o último orçamento foi elaborado com bastante rigor.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 90,77%, ascendendo ao montante de 13.810.499,31 € e a receita cobrada bruta foi executada em 90,89%, cifrando-se em 13.829.195,58€.

Sendo diversos os recursos financeiros que o Município tem ao seu dispor para a concretização de um conjunto de despesas, importa realçar alguns factos de maior relevância, no que concerne aos vários itens que constituem a receita municipal.

Composição da Receita

Receitas Correntes					Receitas de Capital				
Descrição	2012		2013		Descrição	2012		2013	
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%
Impostos Diretos	588.486,26	4,0	914.770,85	6,6	Venda de bens de Investimento	11.475,00	0,1	9.218,50	0,1
Impostos Indiretos	69.819,87	0,5	56.265,36	0,4					
Taxas, Multas e outras Penalidades	162.391,65	1,1	157.950,92	1,1	Transferências de Capital	6.472.596,76	44,0	3.684.083,80	26,6
Rendimentos de Propriedade	380.095,28	2,6	500.662,60	3,6	Ativos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0
Transferências Correntes	5.974.963,24	40,6	7.374.871,44	53,3	Passivos Financeiros	0,00	0,0	0,00	0,0
Venda de bens e Serviços Correntes	860.816,40	5,8	1.012.475,08	7,3	Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	0,00	0,0
Outras Receitas Correntes	178.273,72	1,2	103.560,67	0,7	Outras Receitas	17.372,57	0,1	15.376,36	0,1
Total de Receitas Correntes	8.214.846,42	55,8	10.120.516,92	73,2	Total de Receitas de Capital	6.501.444,33	44,2	3.708.678,56	26,8

A análise ao quadro supra, permite-nos aferir que relativamente ao ano anterior, as receitas correntes tiveram uma variação positiva superior a 1.900 mil euros que na sua maioria e como a seguir se pode constatar, resulta do aumento das transferências do FEF Corrente em troca com o FEF Capital.

É também de evidenciar que a taxa de execução global das Receitas Correntes foi de 102,7%, ou seja dos 9.857.799,00€ previstos no Orçamento, foram recebidos 10.120.516,92€ mostrando que a previsão na elaboração do orçamento foi rigorosa.

Quanto às Receitas de Capital, em comparação com 2012, registou-se um decréscimo significativo, por um lado e pela razão já invocado (redução no FEF), por outro, a diminuição em cerca de 800.000,00€ na receita proveniente de fundos comunitários.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Único de Circulação/Imposto Municipal sobre Veículos (IUC) e o Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis (IMT) são as componentes que representam a rubrica dos **"Impostos Diretos"**. Assim, no ano de 2013, foram arrecadados mais 326.284,59€, (914.770,85€ em 2012) comparativamente com igual período do ano anterior (588.486,26€ em 2012) em consequência de um forte aumento (cerca de 120%) verificado no Imposto Municipal sobre Imóveis resultante da atualização dos valores patrimoniais dos imóveis do Concelho. Também o Imposto Único de Circulação registou um incremento na ordem dos 40.000,00€ em contraponto com o Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis que apresenta uma diminuição próxima dos 50.000,00€ e a cuja quebra não é alheia a crise financeira instalada no país e nas famílias portuguesas.

Apesar da taxa de execução deste capítulo ter atingido a percentagem de 152,9%, superando largamente as expetativas previstas no orçamento com o valor de 598.141,00€, no cômputo geral da receita corrente, representa apenas 6,6% do valor global arrecadado.

A cobrança de taxas referentes a processos de loteamentos e de obras particulares, bem como de processos de ocupação de via pública e de publicidade, pagas por empresas, são o tipo de receitas essenciais consideradas como **"Impostos Indiretos"**. Na sua globalidade, esta fonte de receitas e com apenas 56.265,36€, valor que representa uma taxa de execução de 87,8%, traduz uma redução de valores na ordem dos 13.000 euros entre o ano de 2013 e o ano de 2012, com principal destaque para a quebra de receitas na rubrica de "mercados e feiras".

O capítulo das **"Taxas, multas e outras penalidades"**, engloba a cobrança de taxas do capítulo anterior mas pagas por particulares, acrescentando a taxa de saneamento que no anterior não tem qualquer projeção e aqui representa mais de 55% do total. O valor arrecadado (157.950,92€)

embora ligeiramente inferior ao verificado em 2012, apresenta uma taxa de execução de 110,70% face ao valor previsto na elaboração do orçamento.

Também o capítulo **"Rendimentos de propriedade"** com o total de 500.622,60€ que revela uma taxa de execução de 99,4% e que concorre com 3,6%, para o total da receita corrente, apresenta um aumento na ordem dos 120.000,00€ em relação a 2012. A maioria da receita é proveniente das rendas de concessão pagas pela EDP e este aumento prende-se com o facto de em 2012 terem sido lançados apenas três trimestres e no ano de 2013 serem lançados quatro (1 de 2012 e 3 de 2013). No entanto a verba (125.140,47€) relativa ao IV trimestre será contabilizada apenas nas contas de 2014.

Mais uma vez, o recurso financeiro ao dispor da Autarquia com maior expressão no total da receita, é o capítulo **"Transferências Correntes"** que no ano a que esta Gerência se reporta, totaliza 7.374.871,44€ e teve uma taxa de execução de 95,10%, representa no seu conjunto 53,3% do total, aumentando cerca de 1.400.000,00€ em relação ao ano anterior. O Fundo de Equilíbrio Financeiro continua a contribuir com a maior fatia, este ano com o valor de 6.613.056,00€ e único responsável pelo aumento referenciado resultante do Orçamento de Estado que aumentou a percentagem da receita corrente por troca com a de receita de capital. As outras rúbricas deste capítulo, como o Fundo Social Municipal e a percentagem fixa no IRS não registam qualquer alteração em relação a 2012 bem como o conjunto das outras que englobam as receitas provenientes da Elienergia pelo parque eólico, da EDP relativo aos centros electroprodutores, da DREN para as atividades extracurriculares, refeições e apoio á família, da DGAL para compensação sobre os transportes escolares e ainda do Instituto de Emprego e Formação Profissional para os acordos de colaboração.

As receitas provenientes da **"Venda de Bens e Serviços Correntes"**, representam 7,3% das receitas do exercício sendo o capítulo com maior peso excluindo as transferências, consubstanciando-se em 1.012.475,08€ e que regista uma taxa de execução de 144,3%, que comparativamente ao ano anterior, mostra-nos um aumento significativo de 151.658,68€.

Para este capítulo, contribuem as receitas provenientes dos equipamentos e serviços municipais ao serviço da população, designadamente o produto do fornecimento de água, a recolha de resíduos sólidos, a renda dos edifícios, a utilização dos equipamentos desportivos que em relação a 2012 registaram

quebras ligeiras na sua maioria, sendo que a receita das tarifas de disponibilidade foi a que maior alteração positiva registou e que originou o aumento verificado na globalidade do capítulo.

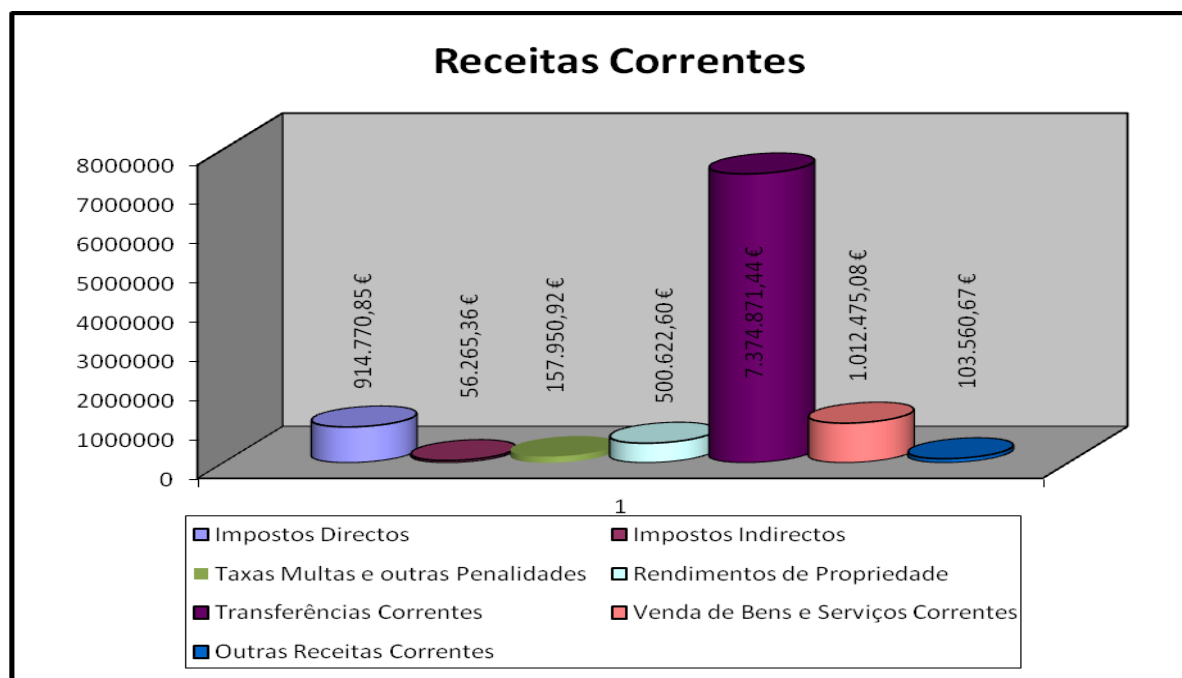
As demais receitas deste capítulo são de caráter residual com destaque para as rubricas "Transportes" e "Creches e Refeitórios" que registam valores diminutos face ao serviço gratuito de transportes que o Município proporciona a todos os estudantes em relação á primeira e ao elevado número de isenções de pagamento de refeições servidas na cantina do Centro Escolar por precariedade da situação financeira dos agregados familiares em relação á segunda.

Para concluir a análise das Receitas Correntes, falta apenas o capítulo das "**Outras Receitas Correntes**" que registam um total de 103.560,67€ e apesar de apresentarem uma taxa de execução de 108,1% sofreu uma queda acentuada (cerca de 75.000,00€) em relação ao ano transato e que se deve essencialmente á redução do valor no reembolso de IVA.

Através do gráfico seguinte podemos verificar que embora as transferências correntes e nomeadamente o direito aos Fundos Municipais, esteja consignada na Lei das Finanças Locais constituindo assim receita, as Receitas Próprias do Município de índole corrente com o valor total de 2.745.645,48 euros, representam apenas 27,13% do total da receita arrecadada.

Veja-se o gráfico.

Receitas Correntes - 10.120.516,92 €



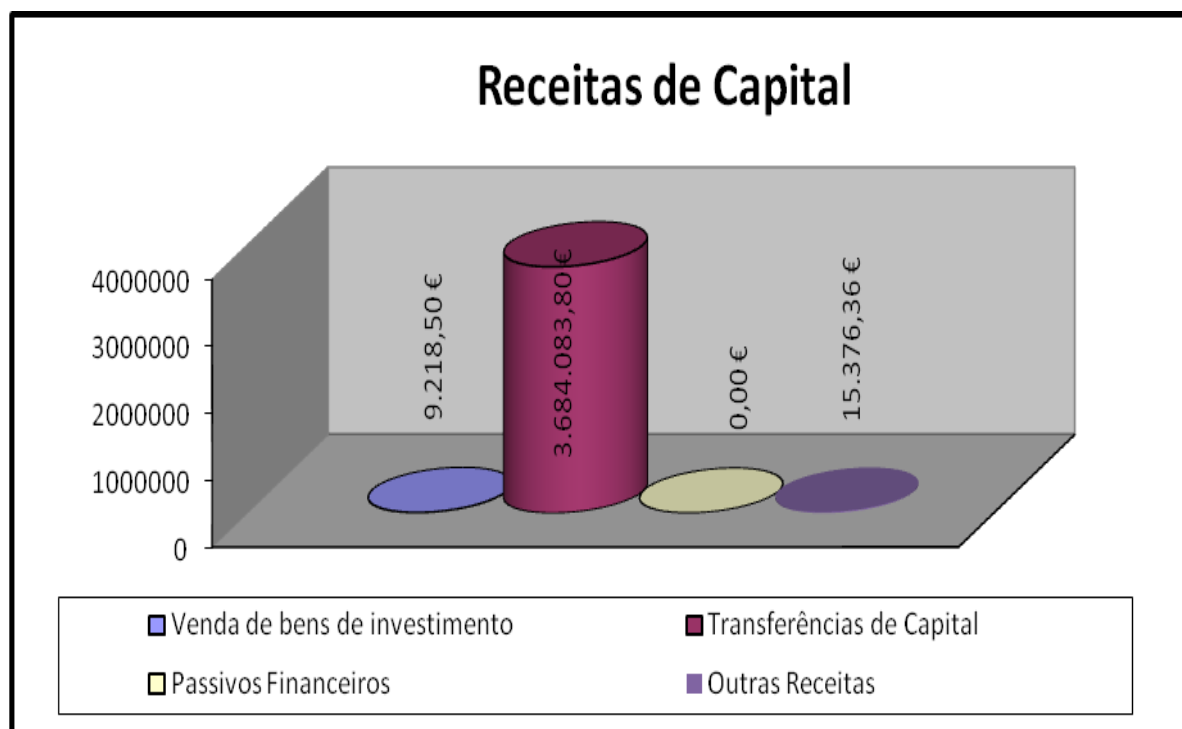
As receitas de capital, traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital, sendo a maior parte, canalizada para a vertente do investimento, podendo e como aconteceu durante o ano de 2013, parte desse valor ser investido por outros organismos a quem são atribuídos subsídios dessa natureza, como as Juntas de Freguesia, Associações e Comissões Fabriqueiras através da elaboração de protocolos.

Dos vários capítulos que compõem este grupo (Receitas de Capital), apenas dois apresentam valores, pois a inexistência de contratação de empréstimos faz com que os Passivos Financeiros não registem qualquer movimento, acontecendo o mesmo com os Ativos Financeiros e Outras Receitas de Capital. Dos que registam movimento, o das **"Vendas de Bens de Investimento"** apresenta apenas o valor de 9.218,50€ correspondente à venda de terrenos ficando bastante longe da previsão inicial com uma taxa de execução de 5,5%. Por último, o capítulo das **"Transferências de Capital"** com o valor global de 3.684.083,80€ traduzido por uma taxa de execução de 73,5%, mostra-nos comparativamente ao período homólogo de 2012, uma diminuição próxima dos 2.800.000,00€, justificando-se 57% com a alteração do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Os outros 43% de quebra, resultam da baixa de financiamentos garantidos através dos Fundos do Baixo Sabor no valor de 174.382,99€, com a conclusão das obras e recebimento das mesmas financiadas por aquele Fundo como a Requalificação da entrada de Valverde, os trabalhos complementares da Zona Histórica e o Caminho Municipal entre Paradela e o Salgueiro. Também a inexistência de acordos de colaboração com a EDP e E.P. - Estradas de Portugal, concorre com uma redução de 229.651,39€, sendo as receitas dos fundos comunitários no valor de 749.996,69€ responsáveis pela pelo resto da diferença. Esta quebra é justificada pelo atraso na concretização dos investimentos que lhe estão associados da qual a Revalorização da Ribeira do Juncal é um exemplo por um lado, por outro e o principal fator, é o atraso no pagamento de obras que já estão concluídas e pagas pelo Município por parte do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR).

Para o aumento da dívida a terceiros muito depende o grau de prontidão das transferências de capital por parte das entidades financiadoras dos projetos, mas no final do ano de 2013 podemos constatar que todos os trabalhos

executados em obras participadas, estavam pagos, o que nos permite no futuro com a arrecadação das verbas correspondentes aos atrasos e os 5% finais de retenção, dispor de um bolo considerável para garantia do pagamento de obras para as quais não seja possível conseguir o seu financiamento.

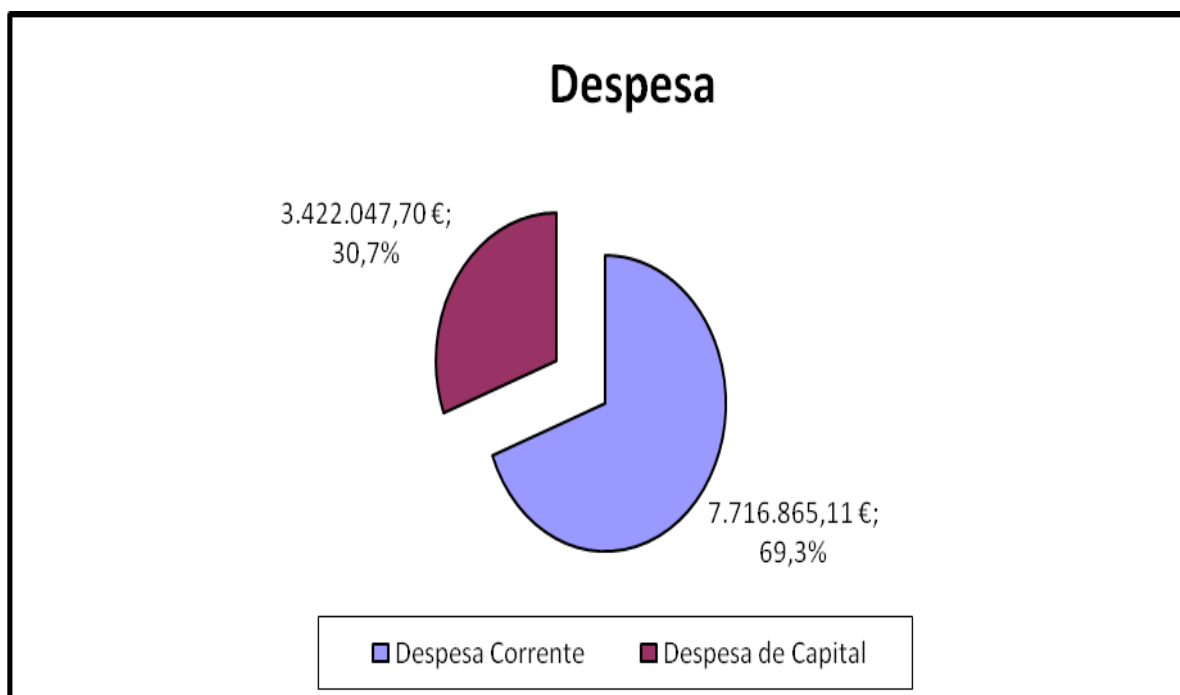
Em suma, á semelhança do que tem vindo a acontecer em anos anteriores, o orçamento municipal continua muito dependente das transferências.



Análise da Despesa

A taxa de execução da despesa está sempre diretamente relacionada com a execução da receita. Embora com a maioria dos capítulos a registarem taxas de execução superiores a 80%, o valor global da despesa com um volume de 11.138.912,81€ ficou aquém do verificado em 2012 (14.612.561,84€). Tratando-se de uma gerência dividida por dois Executivos em que a nossa responsabilidade se resume a dois meses e meio de gestão, a falta de projetos para o programa pretendido para o concelho, contribuiu para uma menor taxa de execução, resultando daqui um saldo para 2014 no valor de 2.864.269,83€.

Gráfico das Despesas: Total - 11.138.912,81 €



A despesa paga, apresenta valores de execução de 73,2% e 11.138.912,81€ em termos absolutos, desagregada em 7.716.865,11€ de origem corrente e 3.422.047,70€ de capital.

Analisando numa ótica puramente financeira, ou seja de pagamentos, podemos dizer que a taxa de realização relativamente à despesa realizada/faturada é praticamente de 100%, o que significa que a despesa realizada se encontra paga à exceção de 3.427,74€ que apenas por razões de ordem técnica não foram pagos. Podemos pois afirmar que as obrigações com fornecedores e credores diversos têm sido cumpridas.

No global verificamos que as despesas tiveram uma diminuição relativamente a 2012, no valor de 3.473.649,03€, essencialmente na componente relacionada com as despesas de capital e mais concretamente na aquisição de bens de capital. A razão principal para esta constatação, prende-se com o facto da receita da mesma natureza ser bastante inferior à do ano transato.

Comparando o valor total da despesa (11.138.912,81€) verificamos que difere negativamente em relação ao registado na receita (13.829.195,58€), justificado pelo facto de no final de 2013, transitarmos para o ano em curso com um saldo de 2.864.269,83€ que permitiria inverter os valores totais caso o mesmo fosse aplicado.

Descrição	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	8.040.095,53	60,2	7.823.118,07	45,6	7.567.769,92	51,8	7.716.865,11	69,3
Despesas de Capital	5.306.254,48	39,8	9.342.415,93	54,4	7.044.791,92	48,2	3.422.047,70	30,7
Total da Despesa	13.346.350,01	100,0	17.165.534,0	100,0	14.612.561,84	100,0	11.138.912,81	100,0

Do conjunto de anos analisados, excetuando 2011, constata-se que as despesas correntes suplantam, a sua congénere de capital, absorvendo sempre a maior fatia da disponibilidade financeira do Município com percentagens acima dos 50%, e que nos leva a concluir que o maior esforço de pagamento é canalizado para estas despesas de carácter corrente e que no final do ano, regista um valor com encargos municipais em mais do dobro em relação aos encargos com investimentos.

Passamos de seguida à análise individualizada de cada um dos grupos integrantes da estrutura global da despesa, para aferir a relevância que cada um ocupa no total da mesma, bem como a base de sustentação da aplicação do erário público na concretização dos diferentes objetivos que a Autarquia se propõe realizar, tendo em atenção as suas diversas áreas de atuação.

Para o efeito usar-se-á, de forma análoga ao processado na receita, uma metodologia que tenha em linha de conta o agrupamento da despesa global em subgrupos, de acordo com a natureza de cada uma das suas componentes:

- Despesas de Funcionamento;
- Serviço da Dívida;
- Investimento Global;
- Outras Despesas.

Despesas de Funcionamento

As "despesas de funcionamento", são o indicador da dinâmica de atuação do Município, pois as mesmas, espelham o volume dos encargos fixos e obrigatórios, agregando no seu conjunto as "despesas com pessoal", as "despesas com a aquisição de bens e serviços" e as "outras despesas correntes", Através de uma leitura atenta ao quadro a seguir transcrito, constata-se que estas evidenciaram, no exercício em análise e depois de uma quebra verificada

no ano de 2012, de novo uma ligeira subida (173.815,90€) equivalente a cerca de 2,5%, totalizando agora o valor de 7.152.755,26 euros. Esta diferença para mais e como a seguir analisaremos mais em pormenor, verifica-se apenas nas despesas com pessoal, pois os outros itens embora com pequenas diferenças, até reduziram.

Descrição	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas de Pessoal	3.179.332,76	42,90	2.925.528,70	40,40	2.360.375,64	33,82	2.626.348,44	36,72
Aquisição de bens e serviços	4.179.111,57	56,40	4.260.084,43	58,83	4.491.701,83	64,36	4.468.205,18	62,47
Outras Despesas Correntes	51.772,36	0,70	55.424,50	0,77	126.861,89	1,82	58.201,64	0,81
Total das Despesas de Funcionamento	7.410.216,69	100,0	7.241.037,63	100,0	6.978.939,36	100,0	7.152.755,26	100,0

As despesas de funcionamento ocupam destacadamente o primeiro lugar dos encargos municipais, representando no ano em análise, a percentagem de 64,21% do montante global da despesa do Município, o que traduz um elevado encargo suportado por este Município em despesas obrigatórias.

As despesas com pessoal no valor de 2.626.348,44€ no exercício de 2013, registam um acréscimo de 265.972,80€ comparativamente ao ano anterior. Se por um lado as restrições nas remunerações impostas pelo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) e conseqüente Orçamento de Estado contribuem para a redução da massa salarial propriamente dita o que aconteceu, o impacto de efeito contrário também se verificou decorrente do pagamento do subsídio de Natal perdido no ano anterior, agora reposto por ter sido considerado inconstitucional, com mais cerca de 135.000,00€, do aumento da taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações com aproximadamente mais 100.000,00€ e ainda com as indemnizações por cessão de funções com cerca de 33.000,00€ que no ano anterior não ocorreram. É de referir que continua a verificar-se uma diminuição de trabalhadores.

Quanto ao valor registado na "Aquisição de Bens e Serviços" que é de longe, aquele para onde é canalizada a maior fatia de 4.468.205,18€, regista em relação ao ano de 2012 uma diminuição de apenas 23.000,00€. Uma vez que dentro da componente das "despesas de funcionamento" representa 40,32% do total geral da despesa, passaremos a analisar mais pormenorizadamente a origem das mesmas.

Descrição	2010	2011	2012	2013
Aquisição de Bens	923.243,59	947.357,76	890.062,37	1.000.606,52
Aquisição de Serviços	3.255.867,98	3.312.726,67	3.601.639,46	3.467.598,66
Total	4.179.111,57	4.260.084,43	4.491.701,83	4.468.205,18

Pela análise da evolução da despesa realizada com a "Aquisição de Bens e Serviços", regista-se que a aquisição de bens, aumentou cerca de 110.000,00€, enquanto a aquisição de serviços, diminuiu na ordem dos 130.000,00€.

As principais despesas com a "Aquisição de Serviços" resumem-se essencialmente às seguintes áreas:

- Limpeza e Higiene - 583.275,33 euros, para suporte dos custos com a limpeza e recolha de lixo.
- Transportes - 516.809,27 euros sendo que na sua maioria foram destinados ao pagamento dos transportes escolares.
- Encargos de Instalações - 548.933,94 euros, destinados exclusivamente aos encargos com energia elétrica nas várias instalações municipais.
- Conservação de bens - 233.019,71 euros que serviram para pagamento dos serviços relacionados com a reparação e/ou manutenção de equipamentos municipais, quer móveis, quer imóveis.
- Comunicações - 131.785,20 euros relativos aos gastos com correspondência, telefones e internet.
- Outros Serviços - 977.254,53 euros. Esta rubrica residual engloba serviços de natureza diversa, destacando-se aqui os custos com a iluminação pública (448.841,63€) e que aumentaram cerca de 130.000,00€ em relação a 2012, prestação de serviços com pessoal das atividades extracurriculares, (244.327,11€), os encargos com o funcionamento das Associações do Douro Superior (22.982,26€), Territórios do Côa (10.500,00€) e Terra Fria, (42.908,88€), custos com o Red Burros (10.506,50€), para além de despesas relacionadas com a prestação de serviços por diversas empresas, protocolos com grupos de dança (17.280,00€) e música (10.500,00€) celebrados com o Centro Cultural e Social de Santo Adrião e a Orquestra do Norte respetivamente.

Quanto à rubrica "Aquisição de Bens", no total de 1.000.606,52€ verifica-se que no decorrer de todo o período em análise, as principais despesas foram para a aquisição de:

"Outros bens" que ocupa o primeiro lugar neste tipo de despesa e é aquela onde se verificou o maior aumento em relação ao ano anterior. Assim, o valor gasto num total de 364.647,93€ foi direcionado para a aquisição de materiais

diversos que não se enquadram em rúbricas próprias e que se destinam essencialmente ao armazém para aplicar na execução e/ou reparação de obras municipais e outras de natureza residual designadamente nas redes de água e saneamento, nas estradas e jardins municipais entre outras.

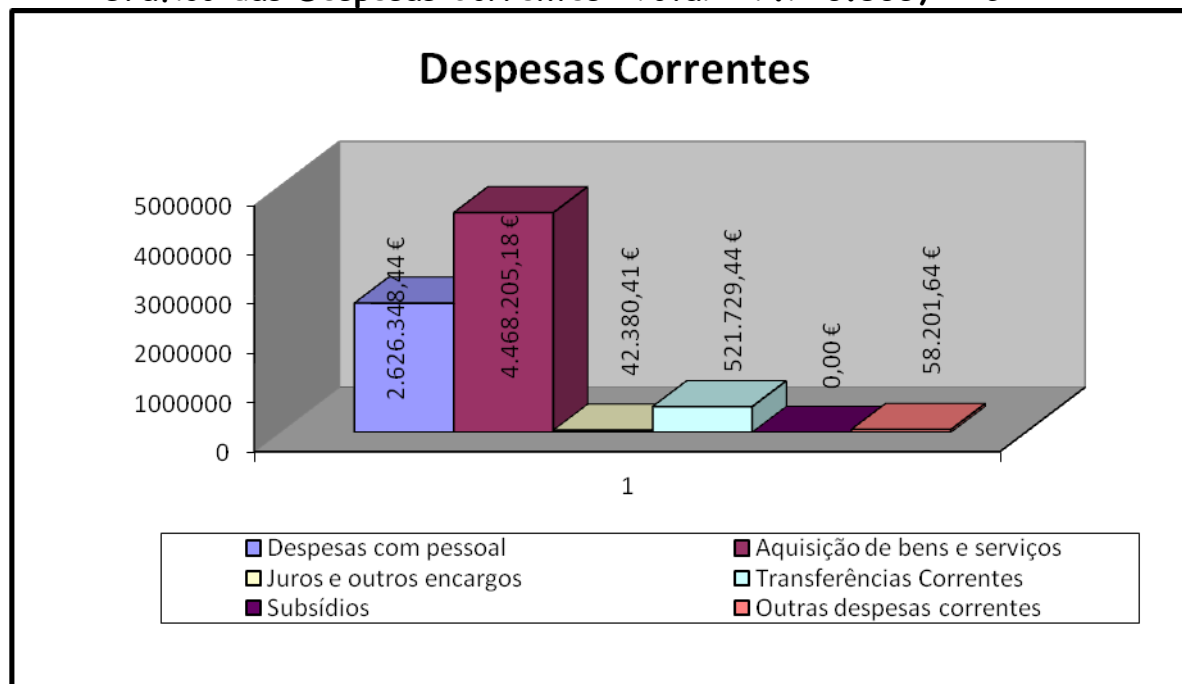
"Combustíveis e lubrificantes" no valor de 334.782,13€ que representam a segunda maior fatia, correspondem a 33,46% do total geral e foram destinados à aquisição de gasóleo para viaturas e gás para aquecimento dos edifícios municipais.

A restante verba é distribuída por diversas rúbricas com menor valor, sendo de destacar as despesas com os produtos químicos para tratamento de água com 60.154,30€, a alimentação de alunos na Cantina Escolar do Pré-Escolar e 1º Ciclo com 67.703,73€, os consumíveis (material de escritório) com 29.389,31€, e o material para reparação de máquinas e viaturas com 43.184,70€.

As despesas de funcionamento abarcam ainda uma outra rubrica - Outras Despesas Correntes - que normalmente são de natureza pouco previsível, aleatória e de carácter residual e que no período em apreciação, totalizaram 58.201,64€ representando menos de 1% do total das despesas de funcionamento.

Estas despesas de reduzida expressão respeitam, fundamentalmente a encargos com restituições de impostos e taxas como o Imposto Municipal sobre Imóveis e Transmissão de Imóveis no valor de 18.696,27€ e ainda aos serviços bancários. Cabe também neste capítulo o valor pago pelas taxas de Recursos Hídricos e de controlo da água no valor de 27.192,12 euros.

Gráfico das Despesas Correntes: Total - 7.716.865,11 €



Serviço da Dívida

Considerando a importância da dívida de empréstimos no contexto do endividamento municipal, importa avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, denominados juros e amortizações de capital, bem como o seu grau de importância no total da despesa e da receita municipal.

O quadro seguinte, explana a evolução nos últimos anos da dívida assumida por esta Edilidade, no que diz respeito aos encargos financeiros (juros) e às amortizações do respetivo capital.

Descrição	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortização Anual de Capital	721.590,96	87,91	774.327,94	87,83	781.934,85	87,37	868.585,28	95,47
Encargos Financeiros	99.195,29	12,09	107.257,11	12,17	113.008,10	12,63	41.174,62	4,53
Serviço de dívida	820.786,25	100,0	881.585,05	100,0	894.942,95	100,0	909.759,90	100,0

Através da leitura dos dados acima referenciados, constata-se que os encargos inerentes ao serviço da dívida suportados pela Autarquia, ascenderam na gerência em análise, a 909.759,90 euros, o que traduz um acréscimo de 14.816,95€, face ao ano anterior.

Como facilmente se depreende pela leitura da informação patente no quadro relativo ao "Serviço da Dívida", o montante gasto com as "Amortizações de Capital" tem vindo a aumentar gradualmente ao longo de todo o período em análise, enquanto os encargos financeiros (juros), este ano diminuíram consideravelmente por um lado provocado pela queda da taxa de juros e por outro e mais importante pela própria diminuição da dívida.

De referir que a totalidade do valor amortizado prende-se com créditos contraídos junto da banca, sendo que os custos inerentes ao serviço da dívida representam face ao cômputo geral da despesa uma percentagem de 8,17%. Quanto ao valor em dívida à banca no final do ano em análise, regista um valor de 5.013.100,11€ contra os 5.881.685,39€ em 2012, registando-se portanto um decréscimo 868.585,28€, ou seja valor igual ao da amortização porque não houve qualquer utilização de novos empréstimos.

Importa ainda realçar que no decorrer de 2013 foram pagos 78.292,96€ e 168,59€ de amortização e juros respetivamente, a mais em relação ao previsto na elaboração do Orçamento, resultante da aplicação do n.º 4 do artigo 96.º da Lei 66-B/2012 de 31 de Dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 51/2013 de 24 de julho, que obriga a utilizar o aumento da receita do Imposto Municipal

sobre Imóveis resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

Investimento Global

O investimento municipal, apresenta no ano em análise o valor de 1.897.609,78€, sendo o mais baixo registado nos últimos anos. Podíamos alegar a falta de recursos financeiros disponíveis que de facto inviabilizam a execução de alguns projetos definidos como objetivos aquando a elaboração dos documentos previsionais designadamente o Plano Plurianual de Investimentos, mas o saldo transitado para 2014 mostra-nos o contrário. Esse saldo resulta por um lado por se terem verificado alguns atrasos em obras como a recuperação e valorização ambiental da ribeira do Juncal Ribeira do Juncal e a remodelação da escola primária de Valverde bem como o contrato para a obra de construção de depósito de água no Penedo e adutora entre o Penedo e o Castelinho que está com uma providência cautelar e por isso ainda não iniciou e principalmente pelo facto deste executivo ter apenas responsabilidade nos últimos dois meses e meio e não ter podido lançar a concurso os seus projetos.

Uma vez que já foi falado dos Passivos Financeiros, e os Ativos Financeiros e as Outras Despesas de Capital não registarem movimento, o Investimento Global do Município caracterizado pelas componentes - Investimento Direto e Transferências de Capital - procede-se em seguida a uma avaliação geral do seu comportamento.

Para o efeito, elaborou-se o quadro abaixo apresentado.

Descrição	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimento Direto	4.021.674,83	87,72	7.966.855,77	93,17	5.606.859,32	89,53	1.897.609,78	74,32
Transferências de Capital	562.988,69	12,28	394.599,77	4,61	655.997,75	10,47	655.852,64	25,68
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	189.601,07	2,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento Global	4.584.663,52	100,00	8.551.056,61	100,00	6.262.857,07	100,00	2.553.462,42	100,00

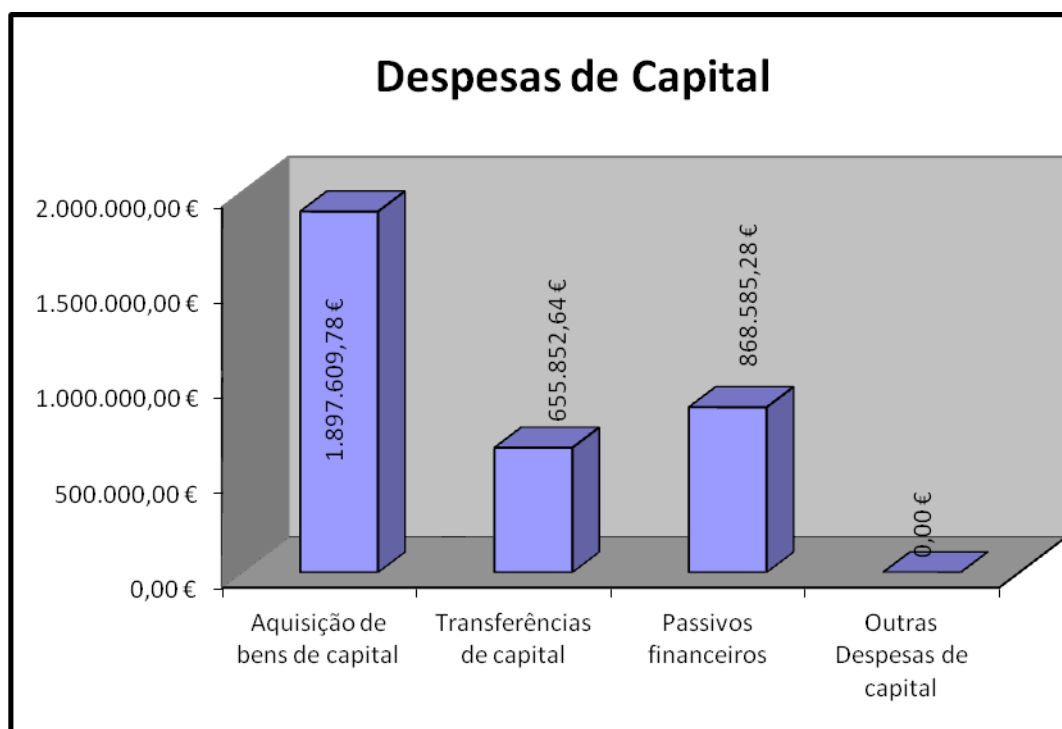
Como se pode observar, o "Investimento Global" registou durante o ano em análise, uma quebra de próxima dos 60% em relação a 2012, traduzido na

importância de 3.709.394,65€ distribuídos pelos itens referidos, nos quais o valor das transferências de capital regista valor idêntico ao do último ano enquanto as outras despesas não registam qualquer valor.

No cômputo geral da despesa, o investimento global representa 22,92% do total, os "encargos de funcionamento" têm um peso de 64,21%, e o montante afeto ao "Serviço da Dívida", que exibiu uma importância na despesa global da Autarquia de 8,17%.

O conjunto das Despesas de Capital, com o valor de 3.422.047,70 €, representa 30,7% do total das Despesas, estando desagregadas e de acordo com o gráfico que se segue, pela aquisição de bens de capital traduzida em 17%, as transferências de capital com 5,9% e os passivos financeiros com 7,8% do total das despesas.

Gráfico das Despesas de Capital: Total - 3.422.047,70 €



Constituindo o investimento uma das áreas de maior relevo e de indiscutível importância num Município, revela-se essencial uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

Investimento Direto

Descrição	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos	7.267,50	0,18	205.837,66	2,58	39.349,50	0,70	43.363,00	2,29
Habitação	42.500,00	1,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	987.850,24	24,56	3.097.309,33	38,88	472.492,54	8,43	27.701,66	1,46
Construções Diversas	2.144.969,60	53,33	4.257.001,85	53,43	4.489.484,58	80,07	1.617.207,95	85,22
Material de Transporte	13.800,00	0,34	22.591,41	0,28	0,00	0,00	46.125,00	2,43
Maquinaria e Equipamento	751.049,01	18,68	286.664,93	3,60	512.675,38	9,14	135.180,64	7,12
Outros	74.238,48	1,85	97.450,59	1,23	92.857,32	1,66	28.031,53	1,48
Investimento Direto	4.021.674,83	100,00	7.966.855,77	100,00	5.606.859,32	100,00	1.897.609,78	100,00

Como se pode observar, o valor afeto ao investimento direto, baixou consideravelmente em relação ao ano anterior, consubstanciando-se em 2013 em 1.897.609,78 euros.

Comparando os investimentos levados a cabo nos últimos quatro anos, diretamente pela Autarquia, nas suas diferentes áreas de atuação, constata-se neste último ano, que o valor registado na rubrica "Investimento Direto", regista crescimentos ligeiros apenas na aquisição de terrenos e no material de transporte, continuando as construções diversas com um peso de 85,22% a ser o conjunto para onde é canalizado a maioria do capital.

No âmbito desta área de intervenção municipal temos como principais realizações:

Nas construções Diversas:

- O investimento realizado ao nível de "Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares", que absorveram 254.006,05 euros da disponibilidade financeira do Município, sendo a totalidade da verba usada na execução das obras de Reabilitação urbana do centro histórico de Urrós (69.921,63€), na pavimentação do largo do Toural em Sanhoane (52.988,92€) e nos arruamentos em várias aldeias (131.095,50€);

- Quanto ao investimento efetuado no capítulo da "Viação Rural" no valor de 1.006.449,96€ foi aquele onde mais se investiu, cabendo á pavimentação do da E.M.1183 entre a E.N.215 e o limite do Concelho, a maior fatia com 858.019,00€ e o restante na repavimentação da E.M.600 entre a E.N.219 e Macedo do Peso (142.724,44€) e na sinalização de vias (5.707,46€).

- Sobre o investimento ao nível da "Estações de tratamento de águas residuais", e com um total gasto de 69.230,50€, dizer que a verba foi utilizada na totalidade na construção de ETAR compacta em Castro Vicente.

- Ainda neste capítulo, foi gasto durante o ano de 2013 na classificação "Captação e distribuição de água", o valor de 92.327,81€ na sua maioria para a conclusão da empreitada do abastecimento de água ao setor nascente do Concelho.

- A última classificação deste capítulo com valores consideráveis é a designada por "Outras" onde cabem as de carater residual que não são enquadráveis em rúbrica própria e que na gerência em análise, regista o valor de 142.630,96€, destacando-se aqui o início da execução da empreitada de recuperação e valorização ambiental da Ribeira do Juncal.

As outras classificações deste capítulo, registam valores individuais reduzidos, totalizando no seu conjunto o valor de 52.562,62€, distribuídos essencialmente pelos saneamentos, iluminação pública, parques e jardins.

Nos Edifícios:

Quanto ao investimento efetuado no âmbito da rubrica "Edifícios", e que no ano em análise, absorveu apenas o valor de 27.701,66 € com destino exclusivo á liquidação total pela aquisição do antigo edifício do Banco Pinto & Sotto Mayor.

Terrenos:

Relativamente ao valor afeto à rubrica "Terrenos", com o total de 43.363,00€ constata-se que o investimento realizado neste domínio ficou a dever-se à aquisição de terrenos que tiveram como finalidade:

- Aquisição do lote nº11 do loteamento industrial de - 7.350,00€;
- E.M.595 entre Vilarinho dos Galegos e Bruçó - 2.910,00€;
- Construção da ETAR de Castelo Branco - 2.500,00€;
- Valorização Ambiental da Ribeira do Juncal - 7.250,00€;
- Antiga lixeira municipal - 15.000,00€;
- Construção de ETAR compacta em Castro Vicente - 1.500,00€;

- Acesso e depósito de água de Brunhosinho - 4.853,00€;
- Alargamento de rua em Remondes - 1.500,00€
- Construção de ETAR em Brunhoso - 500,00€

No que diz respeito ao investimento concretizado em "Maquinaria e Equipamento" e "Material de transporte", estes oneraram no seu conjunto as despesas do Município, no ano a que esta gerência se reporta, em 181.305,64 euros, representando agora apenas 9,55% do total do Investimento Direto. Cabem nesta rubrica a aquisição de equipamento e software informático, a aquisição de equipamento administrativo, as ferramentas e utensílios bem como a aquisição de 3 viaturas ligeiras usadas.

As restantes rubricas que constituem o investimento direto - "Habitação" que não teve qualquer investimento e "Outros" com 28.031,53€ revelaram uma presença diminuta no cômputo geral deste investimento, representando no seu conjunto, apenas 1,48% do total.

Passamos em seguida a uma abordagem sobre a evolução nos últimos anos de uma outra forma de investimento local designada por "**Transferências de Capital**", que não sendo investimento realizado diretamente pela Autarquia representa custos para a mesma, e traduz-se em pagamento de verbas a várias entidades locais nomeadamente Freguesias, Instituições sem Fins Lucrativos, para que estas financiem projetos de investimento.

Transferências de Capital

Abrangendo esta rubrica, os fluxos monetários, destinados ao financiamento de despesas de capital daqueles que deles beneficiam, destacam-se essencialmente três grupos:

- Freguesias;
- Instituições sem Fins Lucrativos;
- Outras;

Durante o período em análise no quadro infra, as transferências de capital, evidenciaram um peso relativo no total da despesa de 5,89%, perfazendo uma quantia de 655.852,64 euros na atual gerência, registando

comparativamente ao ano transato um diferença para menos no valor de apenas 145,11€€.

A primazia da transmissão deste tipo de valores por parte da Edilidade vai de novo para as Instituições sem fins lucrativos que arrecadaram 327.897,82€, dos quais 280.000,00€ foram para o pagamento do protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro para a construção do novo lar, 12.697,82€ para os Bombeiros Voluntários de Mogadouro procederem à ampliação do Quartel e 35.200,00€ para várias Comissões e/ou Fábricas da Igreja procederem à recuperação de imóveis (Estevais, Brunhoso, Variz e Valverde).

Para as Freguesias do Concelho no seu conjunto, foram canalizados 315.471,75€, para cumprimento e pagamento dos protocolos de cooperação celebrados com aquelas entidades. É de referir que comparativamente ao ano de 2012, estas transferências tiveram um incremento superior a 100.000,00€ o que equivale a um aumento próximo dos 54%.

O valor constante do grupo "Outras", num total de 12.483,07€, foi destinado ao apoio a duas famílias carenciadas para apoio habitacional e ainda um apoio para a transformação de produtos endógenos.

Descrição	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Freguesias	253.721,60	45,07	282.679,00	71,64	204.942,65	31,24	315.471,75	48,10
Instituições s/ Fins Lucrativos	230.730,75	40,98	55.553,80	14,08	441.225,70	67,26	327.897,82	50,00
Outras	78.536,34	13,95	56.366,97	14,28	9.829,40	1,50	12.483,07	1,90
Total	562.988,69	100,00	394.599,77	100,00	655.997,75	100,00	655.852,64	100,00

Outras Despesas de Capital

Este capítulo, regra geral não regista movimentos o que aconteceu durante o ano de 2013.

Transferências Correntes e Subsídios

Estes apoios, de natureza corrente, são uma relevante fonte de despesa autárquica, sendo responsáveis por 4,68% do total da despesa realizada em 2013 totalizando 521.729,44€, o que comparativamente ao valor de 2012, mostra um aumento de 47.807,37€.

As transferências correntes e os subsídios são importâncias atribuídas a determinados organismos/entidades, para financiamento das suas despesas correntes, sem que tal implique qualquer contrapartida direta para a Autarquia.

Cerca de 60% daquele valor foi absorvido pelas Instituições sem Fins Lucrativos, designadamente as Associações Desportivas, Recreativas e Culturais do Concelho, Bombeiros Voluntários e Associação de Comerciantes com o valor de 308.400,15€. Outro valor considerável está registado na rubrica "Famílias" com um total de 147.492,55€, sendo o mesmo repartido pelo pessoal de inserção e emprego no montante de 128.158,02€, 1.425,00€ para ajuda do pagamento de rendas de habitação a famílias carenciadas, 5.180,91€ para apoio na aquisição de manuais escolares, 51,63€ para compra de medicamentos a pessoas carenciadas e 12.676,99€ para compra de palha que o Município entregou às famílias mais afetadas pelos incêndios do último Verão. Do restante valor, 23.833,17€ foram para as Associações de Municípios, 11.781,23€ para o Agrupamento de Escolas, 9.508,13€ para as Juntas de Freguesia, 17.219,01€ para o município de Vimioso destinado às despesas do Canil, 1.995,20€ para as Associações de Solidariedade Social e finalmente 1.500,00€ para as Regiões de Turismo.

Evolução do endividamento

A Lei das Finanças estabelece a disciplina das finanças locais designadamente no que respeita ao endividamento, no entanto neste capítulo, as Leis do Orçamento de Estado dos últimos 3 anos e ao abrigo do Plano de Austeridade e conseqüente contenção orçamental, têm determinado limites inferiores para o endividamento fixado pela Lei das Finanças Locais, os quais têm sido sistematicamente reduzidos.

Pretende-se pois com estas medidas, impossibilitar os Municípios de aumentarem em cada ano o endividamento líquido e tem sido determinado que o limite para o ano seguinte é o endividamento apurado no final do anterior.

No contexto da presente análise da dívida, e em conformidade com os valores constantes do quadro abaixo, conclui-se que ao longo dos últimos anos, a dívida tem sido drástica e sucessivamente reduzida, tanto no de Curto Prazo, como no de Médio e Longo Prazo, sendo no exercício em apreciação um total de 928.996,12€, o equivalente a uma percentagem superior a 15%. Já durante o período em análise a redução total da dívida foi de 2.610.858,98€.

Descrição	2010	2011	2012	2013
Dívida de MLP	7.209.116,06	6.722.716,53	5.909.387,05	5.013.100,11
Bancos	7.119.164,48	6.663.620,24	5.881.685,39	5.013.100,11
Locação	89.951,58	59.096,29	27.701,66	0,00
Dívida de CP	418.270,77	326.092,45	36.136,92	3.427,74
Fornecedores	418.270,77	326.092,45	36.136,92	3.427,74
Endividamento Total	7.627.386,83	7.048.808,98	5.945.523,97	5.016.527,85

É também importante referir que do montante 5.013.100,11€ correspondente ao capital em dívida de empréstimos a médio e longo prazo com Bancos, 1.636.207,41€, são referentes a empréstimos designados por excecionados, que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento do Município o que representa 32,64% do total.

Embora o Balanço nos mostre outros valores diferentes, os acima apresentados são os reais, porque os 445.334,88€ constantes naquele documento dizem respeito a garantias e cauções prestadas em dinheiro e depositadas numa conta de operações de tesouraria, valor disponível em qualquer momento. Também os valores apresentados no Passivo na conta 24 designado por "Estado e outros entes Públicos" com 37.665,85€ são anulados na totalidade pelo valor apresentado na mesma conta no Ativo.

Desagregada a dívida de curto prazo, no final de 2013 registava apenas 3.427,74€ a fornecedores conta-corrente e um valor nulo a fornecedores de imobilizado.

Quanto à dívida com contratos de locação financeira, relacionada com a aquisição das antigas instalações do B.P.S.M. que no final do ano de 2012 era de 27.701,6€, foi já liquidado na totalidade, não se registando qualquer dívida desta natureza.

É incontornável que em termos de endividamento a situação do Município é muito confortável. No que respeita à banca, cumpriu-se escrupulosamente as obrigações decorrentes dos contratos e procurou-se satisfazer os compromissos assumidos com os fornecedores, pagando-lhes a "tempo e horas" fixando-se no final do ano, o prazo médio de pagamento das faturas em 27 dias de acordo com os dados fornecidos pela Direção Geral das Autarquias Locais.

De acordo com o Orçamento de Estado, está vedada a contratação de novos empréstimos, no entanto e de acordo com a Lei das Finanças Locais, que estabelece como limite de endividamento líquido municipal no final do ano, 125% sobre a soma do montante dos impostos municipais, com as participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano anterior para além de excluir deste montante, o valor dos empréstimos contraídos para obras financiadas pelos fundos comunitários, bem como os contraídos para intempéries, podemos constatar que para além de termos cumprido com rigor a Lei referenciada, o limite está longe de ser atingido, sendo no final de 2013 e de acordo com os dados fornecidos pela DGAL a margem de endividamento de médio e longo prazo no valor de 5.583.826,00€.

Classificação Funcional

Em matéria de classificação funcional e no que respeita ao conjunto do PPI e do Plano de Actividades Municipais, as funções gerais com 384.499,43€, assumiram 7,48% da realização geral; as funções sociais com 1.606.447,08€ representam 31,24%, as funções económicas com 1.767.135,62€ traduzidas em 34,36% e as outras funções 1.384.694,21€ com 26,92%.

Com uma taxa de execução de 60,93%, as Grandes Opções do Plano de 2013, atingiram o valor absoluto de 5.142.776,34€ dos quais 1.897.609,78€ referem-se ao PPI e 3.245.166,56€ ao conjunto de acções consideradas como

relevantes e cuja despesa não é considerada de investimento da própria autarquia, podendo no entanto sê-lo de outras entidades.

Conforme se pode verificar através da leitura dos valores desagregados no quadro seguinte, as **Funções Económicas** com um registo de 1.767.135,62€, é o grupo com a maior fatia, e no qual a rubrica dos "Transportes Rodoviários" com 1.269.849,61€ e 24,69% do total geral é aquela onde foi feito o maior investimento relacionado com a pavimentação de rua e vias municipais onde se destaca a pavimentação da E.M.1183 entre a E.N.315 e o limite do Concelho. Também com um valor considerável cabe neste grupo a "Indústria e Energia" com 388.303,69€, sendo responsável por 92,70% a despesa com a energia elétrica às instalações alimentadas em média e baixa tensão. Para o "Comércio e Turismo" foram 108.982,32€, destinados essencialmente à promoção da Feira dos Gorazes através da Associação de Comerciantes (55.000,00€) e para o concurso de bovinos de raça mirandesa (12.235,00€) na área do comércio e na promoção de divulgação turística (41.747,32€).

Apenas com menos de cerca de 160.000,00€ aprecem as **Funções Sociais** em 2º lugar com 1.606.447,08€ e que representam 31,24% do total, evidenciando aqui as rubricas com maior impacto designadamente, os "Resíduos Sólidos" com 583.275,33€, relativos á limpeza e recolha de lixo, a "Ação Social" com 288.454,90€ e que como já foi dito para acordos de cooperação com IPSS, os "Serviços Culturais, Recreativos Culturais e Religiosos" com 268.478,65€ distribuídos pelas diversas iniciativas levadas a efeito nesta área e ainda a "Proteção do Meio Ambiente e conservação da natureza" com 200.271,50€ destinados na sua maioria á recuperação da Ribeira do Juncal (132.928,39€) e construção e instalação de exposição móvel sobre biodiversidade construtiva e edificação bioclimática no âmbito de uma candidatura ao programa BIOURB (65.190,00€). Para concluir esta função, dizer que se registaram outros investimentos com menor valor, na área da "Educação" com 19.310,20€, para apoio às Escolas do Concelho e apoio à compra de livros, no "Saneamento" com 113.772,13€, destinados essencialmente à construção de ETAR's, o "Abastecimento de água" com 112.170,89€ na maioria para o setor nascente e ainda "Desporto, Recreio e Lazer" com 97.616,32€ gastos nas diversas atividades realizadas durante o ano em análise.

Em seguida aparecem as **Outras Funções** com 1.384.694,21€ que representam 26,92% do total, onde estão incluídas as despesas com a amortização e encargos financeiros dos "Empréstimos" com o valor de 909.881,32€ e a "Transferência entre Administrações" com 474.812,89€, onde se incluem as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, os subsídios de capital a Associações e Comissões Fabriqueiras e ainda as quotizações e despesas com as Associações de Municípios de que fazemos parte.

Por último, e como habitual com 7,48% do total, ficaram as **Funções Gerais**, que dos 384.499,43€ gastos durante o ano de 2013, 207.679,28€ destinaram-se á "Administração Geral", onde cabem todas as despesas relacionadas com a aquisição de maquinaria, equipamento e mobiliário diverso não havendo nenhum item que mereça destaque individual, para a "Proteção Civil e luta contra incêndios" destinados exclusivamente ao pagamento dos Operadores de Central e da Equipa de Intervenção Permanente bem como os protocolos celebrados com os Bombeiros Voluntários de Mogadouro.

Muitas mais realizações foram levadas a efeito ao longo do ano, mas pelo facto da maioria das realizações terem uma despesa total de valor reduzido, não aparecem discriminados quantitativamente, no entanto devem ser lembradas algumas atividades nas mais diversas áreas que no seu conjunto são financeiramente relevantes e em termos pessoais são aquelas que ocupam a população do Concelho e que mais contribuem para a qualidade de vida dos cidadãos. Damos como exemplo as atividades desenvolvidas na Biblioteca Trindade Coelho e na Casa das Artes com danças, ginástica e oficinas de música e também as sessões de cinema na Casa da Cultura e ao ar livre para além do protocolo celebrado com a Orquestra do Norte que ao longo do ano continuam a proporcionar espetáculos de altíssima qualidade.

Através da contratação de empresas especializadas, na educação demos continuidade às atividades de enriquecimento curricular, nas vertentes música, ginástica e inglês, continuando também a proporcionar aos jovens do concelho dois períodos no ano com férias desportivas ocupando-os com diversas atividades físicas e culturais, libertando também os pais para o desempenho das suas atividades laborais.

O apoio e a organização do mais diversificado tipo de atividades desportivas são uma constante destacando aqui o torneio de futebol entre freguesias, a prova de corta mato e ainda o apoio financeiro aos grupos para participação nos campeonatos onde estão inseridos como o Académico e a Casa do Benfica de Mogadouro e nas culturais, a feira do livro, o concurso de poesia, o dia mundial da criança, a diáspora entre outros. Também cedemos ou alugamos autocarros para promoção do encontro de anciãos, apoiamos as festas do Concelho com o fornecimento de energia eléctrica e/ou cedência de equipamentos como o palco móvel. Demos ainda continuidade ao estudo e valorização do Castelo dos Mouros em Vilarinho dos Galegos, onde foram gastos 24.719,55€ ao longo de 2013.

Também as Piscinas cobertas e descobertas de Mogadouro e contrariamente a muitos concelhos onde já estão encerradas por falta de disponibilidade financeira, continuam ao serviço da população e nas quais se regista uma grande afluência de todos os escalões etários desde os mais novos com aulas, aos mais idosos com sessões de hidroginástica, para além da população em geral que a frequenta em grande número e mantém a sua forma física.

Mais uma vez o programa "Red Burros Fly-In" foi realizado e o qual registou pela quarto ano consecutivo uma grande afluência de pessoas dos mais diversos cantos do país, atraindo também os órgãos da comunicação social regional e nacional que continuam a promover o concelho e o próprio evento que acumula sucessos.

A organização e realização da Feira dos Gorazes e das Festas de Santa Ana e Nossa Senhora do Caminho não sendo da responsabilidade do Município, continuam a merecer por parte do executivo camarário o apoio necessário para a sua concretização, através da concessão de subsídios.

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2013				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	384.499,43	100,0%	7,48%
1.1.1.	Administração geral	207.679,28	54,01%	4,04%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	176.820,15	45,99%	3,44%
2.	Funções Sociais	1.606.447,08	100,0%	31,24%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	11.781,23	0,73%	0,23%
2.1.2.	Serviços auxiliares de ensino	7.528,97	0,47%	0,15%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	7.014,02	0,44%	0,14%
2.3.2.	Acção social	288.454,90	17,96%	5,61%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	1.023.189,31	63,69%	19,89%
2.4.2.	Ordenamento do território	13.699,46	0,85%	0,27%
2.4.3.	Saneamento	113.772,13	7,08%	2,21%
2.4.4.	Abastecimento de água	112.170,89	6,98%	2,18%
2.4.5.	Resíduos sólidos	583.275,33	36,31%	11,34%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	200.271,50	12,47%	3,89%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	268.478,65	16,71%	5,22%
2.5.1.	Cultura	170.862,33	10,63%	3,32%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	97.616,32	6,08%	1,90%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	0,00	0,00%	0,00%
3.	Funções económicas	1.767.135,62	100,0%	34,36%
3.2.	Indústria e energia	388.303,69	21,97%	7,55%
3.3.1.	Transportes rodoviários	1.269.849,61	71,86%	24,69%
3.4.1.	Mercados e Feiras	67.235,00	3,81%	1,31%
3.4.2.	Turismo	41.747,32	2,36%	0,81%
4.	Outras Funções	1.384.694,21	100,0%	26,92%
4.1.1.	Empréstimos	909.863,90	65,71%	17,69%
4.1.2.	Juros de Locação Financeira	17,42	0,00%	0,00%
4.2.	Transferência entre Administrações	474.812,89	34,29%	9,23%
4.3.	Diversas não especificadas	0,00	0,00%	0,00%
	TOTAIS	5.142.776,34	100,0%	100,00%

Modificações ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos

Durante a execução do orçamento, na sequência da ocorrência de situações de impossibilidade de realização de despesas ou de arrecadação de receita motivada por insuficiência de dotações, em consequência da morosidade na arrecadação de receita; inexistência de dotação, em consequência da sua imprevisibilidade na fase de preparação do orçamento; não inclusão de previsões de receitas (novas ou já existentes), com o objectivo de evitar a inviabilização da execução financeira da actividade autárquica, recorreu o Município à aplicação do mecanismo das modificações orçamentais (revisão orçamental ou alteração orçamental), consoante os casos, modificações essas, utilizadas no cumprimento das regras definidas pelo POCAL nos seus pontos 8.3.1 e 8.3.2.

Assim, durante o ano de 2013, foram operadas duas revisões ao Orçamento da Receita e 1 revisão e 17 alterações ao Orçamento da Despesa.

Foram também ao longo de 2013, operadas 1 revisão e 10 alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e 1 revisão e 14 alterações ao Plano de Actividades Municipais.

O Resultado líquido do exercício é negativo no valor de 1.657.588,29 €, sendo superior ao registado no final de 2012. Quanto ao Ativo Bruto registado no final do ano, é de 143.849.546,85€, registando assim um incremento de 1.808.011,57€. Se atendermos a que o valor das amortizações do exercício, foi de 6.477.642,78€, conclui-se que o resultado negativo resulta em parte desse facto.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de Fevereiro no ponto 2.7.3, determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 1.657.588,29€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.

Mogadouro, 30 de Março de 2014.

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução n.º 4/2001-2.ª secção do Tribunal de Contas - D.R.II série, n.º 191, de 18/08/2001)

8.1.1. - Identificação:

- Município de Mogadouro
- Número de Identificação Fiscal: **506851168**
- Morada: Largo do Convento - 5200-244 - MOGADOURO
- Telefone / Fax - 279 340 100 - 279 341 874
- MAIL - geral@mogadouro.pt
- Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira e em termos de IVA a autarquia, aplica o regime da Afetação Real de periodicidade trimestral.
- N.º de Eleitores: 11.262 - D.R. n.º 39, II Série de 25/02/2013

8.1.3. - Estrutura Organizacional

	Data da aprovação	Data de publicação	Diário República
Estrutura Orgânica	21 de dezembro de 2012	17 de janeiro de 2013	N.º 12 - II Série
Mapa de Pessoal	Câmara	Assembleia	
	04/12/2012	21/12/2012	

8.1.4. - Descrição sumária das atividades: O Município de Mogadouro é uma autarquia que visa a prossecução de interesses próprios das populações respetivas, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas pela Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

8.1.5. - Recursos Humanos - Órgão Executivo

De 1 de Janeiro a 17 de Outubro

António Guilherme Sá de Moraes Machado
 João Manuel dos Santos Henriques
 João Fernando Pinto de Freitas Meira
 Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves
 Fernando José Bártolo
 António Joaquim Pimentel
 Armando Emanuel Rainha Pereira Simões Pacheco

De 18 de Outubro a 31 de Dezembro

Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães
António Joaquim Pimentel
Evaristo António Neves
João Manuel dos Santos Henriques
Joana Filipa Vicente Silva
Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves
Virgínia Cordeiro Gomes Vieira

Desempenharam funções, em regime de permanência, os eleitos:

No período de 1 de Janeiro a 17 de Outubro:

- António Guilherme Sá de Moraes Machado - Presidente
- João Manuel dos Santos Henriques - Vice-Presidente
- António Joaquim Pimentel - Vereador
- Maria Teresa Rodrigues Pimentel Sanches Calejo Neves - Vereadora

No período de 18 de Outubro a 31 de Dezembro:

- Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães - Presidente
- Evaristo António Neves - Vice-Presidente
- Joana Filipa Vicente Silva - Vereadora
- Virgínia Cordeiro Gomes Vieira - Vereadora

8.1.6. - Organização Contabilística: Os serviços de Contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada na Divisão Administrativa e Financeira, utilizando diariamente a aplicação POCAL da Medidata-Engenharias e Sistemas, S.A.. Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro)

8.1.7.- Outra informação (conforme Resolução n.º 4/2001)

Indicadores de Gestão:

Fundo de Equilíbrio Financeiro	8.266.320,00
Fundo Social Municipal	119.530,00
Participação fixa no IRS	195.932,00
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	8.214.846,42
Despesas de investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	5.606.859,32
Despesas com pessoal do quadro	2.204.312,70
Despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação	422.035,74
Dívidas a Receber de Terceiros	38.934,74

Ações Inspetivas:

- Data da última ação: 28/11/2005
- Período abrangido: 01/07/2000 a 28/11/2005
- Entidade: I.G.A.T.
- N.º Processo: S.P.40800

Sem relatório concluído por ter sido exercido o contraditório, decorreu uma inspeção levada a cabo pela I.G.A.L. que abrangeu vários períodos de acordo com exposição apresentada tendo início a 26/05/2011 e término a 03/08/2011 à qual foi atribuído o n.º. de processo S.P.40800-IO/2011.

Serviços Municipalizados:

- Esta entidade não tem Serviços Municipalizados.

Regulamentos/Diretivas/Internas:

- Regulamento de Controlo Interno aprovado em 23/03/2004.

Documentos de Gestão:

	Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação Órgão Deliberativo
Grandes Opções do Plano - 2013	4 de dezembro de 2012	21 de dezembro de 2012
Orçamento para 2013	4 de dezembro de 2012	21 de dezembro de 2012
Documentos de Prestação de Contas		

8 .2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Introdução

Conforme o preceituado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as suas alterações as notas ao Balanço, visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nestes documentos ou de outras situações que não tendo reflexo nos mesmos, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

A sua exigibilidade está expressa no ponto 2 do artigo 6º do Decreto já citado e na resolução nº. 4/2001 do Tribunal de Contas.

As notas a seguir enumeradas respeitam a numeração prevista no 8º ponto do POCAL. As que não são mencionadas, ou não se aplicam na nossa situação ou dizem respeito a factos ou situações que se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

8.2.1 - O POCAL, obriga á existência simultânea e interligada de três sistemas contabilísticos designadamente a orçamental; a patrimonial e a de custos. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações da Autarquia, em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites e expressos no ponto 3.2 do POCAL "Princípios e Regras".

8.2.3 - Critérios valorimétricos adotados:

IMOBILIZAÇÕES

Para efeitos de atualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.2 do POCAL "Existências", foi aprovado pela Assembleia Municipal de 30/06/2000, o Regulamento de Inventario e Cadastro do Património Municipal, que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. Assim e de acordo com o Regulamento, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, regra geral, é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção.

As amortizações são calculadas no último dia do ano, em função da vida útil de cada tipo de ativo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes, conforme artigo 26º do Regulamento da Autarquia.

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de acabamento e faturação das obras, transitando apenas os seus valores para o Imobilizado Corpóreo, após a receção provisória das obras.

Algumas rubricas do balanço sofrerem grandes alterações comparativamente com o ano anterior, principalmente pelas amortizações bem como pelas obras executadas durante o ano.

Houve ainda bens imóveis cuja vida útil foi aumentada devido a intervenções que sofreram.

No que respeita aos bens móveis, foram abatidos 2.278,34€ relacionados com bens que se tornaram inoperacionais. Continua a existir um conjunto de bens sem valorização dada a impossibilidade de o fazer.

ATIVO

Inclui os bens e direitos do Município, bem como os acréscimos e diferimentos - (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e encontra-se estruturado em três grupos:

- a) Ativo imobilizado, composto pelos elementos do património do Município que apresentam carácter permanente e não destinados a

venda - Bens de domínio Público; Imobilizações Incorpóreas; Imobilizações corpóreas e investimentos Financeiros;

b) Ativo Circulante, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por três grupos - Existências, Dívidas a receber e Disponibilidades;

c) Acréscimos e Diferimentos, designadamente os acréscimos de proveitos que constituem proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja receita só venha a obter-se em exercícios posteriores, e os custos diferidos, que compreendem as despesas ocorridas no exercício, cujos custos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

a) Bens do domínio público

Os bens do domínio público com o valor líquido de 41.801.980,72€, registaram uma quebra de 2.957.070,24€ em relação ao ano anterior, provocado pelo valor das amortizações que em relação ao ano de 2012, foram de 4.060.580,41€ e que tiveram consequências nas "Outras construções e infraestruturas" tiveram uma redução acentuada havendo no entanto um ligeiro aumento nas "imobilizações em curso" que só após a receção provisória das obras, transitam para as primeiras.

Já quanto ao valor dos terrenos com um registo 680.620,15€ que não têm amortizações, registam também um ligeiro aumento em relação a ano transato.

b) Imobilizações Incorpóreas

Este item apresenta o valor de 79.455,76€ o que representa uma diminuição de 8.684,48€ em relação a 2012 provocados integralmente pela alta taxa de amortização neste tipo de bens como o software informático e outras despesas, cujo valor é amortizado em 3 anos.

c) Imobilizações corpóreas

Este capítulo regista o valor de 46.828.947,45€ constituindo o maior bolo do Ativo do Município e o qual regista aumentos nos terrenos e nos edifícios e construções e diminuições nas restantes rubricas pelas

razões já atrás invocadas (valor das amortizações superior às novas construções) destacando-se as imobilizações em curso que transitaram aquando a receção provisória das obras.

d) Investimentos Financeiros - Partes de Capital

A rubrica de "Partes de Capital" regista em 2013 o mesmo valor do ano transato com 6.490,98 € e diz respeito à participação no Laboratório Regional de Trás-os-Montes (3.740,98 €); e Resíduos do Nordeste (2.750,00 €).

Para justificação das diminuições anunciadas, informar que as amortizações acumuladas da autarquia registam um aumento, em termos absolutos de 6.504.666,43€ em relação a 2012, apresentando em 2013, o saldo final de 55.155.820,30€. Durante o ano em análise verificam-se 6.510.793,66€ de Amortizações e 8.158,85€ de Regularizações conforme consta do mapa detalhado das Amortizações e Provisões.

CIRCULANTE

e) Existências

No final do ano de 2013, o armazém regista o valor de 192.359,23€ (desagregadas conforme mapa seguinte) refletido nas existências do Balanço, o que corresponde aos bens disponíveis em stock para em qualquer momento serem utilizados e ou aplicados na construção e manutenção da rede viária, rede de água e outros, sendo os mesmos valorizados ao custo de aquisição adicionado dos gastos suportados direta ou indiretamente para as colocar no seu estado atual.

Foi adotado como método de custeio das saídas o custo médio ponderado por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e a incorporar nos produtos finais, tendo sido utilizado o sistema de inventário permanente.

Não foram constituídas provisões para depreciação de existências, conforme o preceituado no princípio da prudência.

EXISTÊNCIAS - 2013	
Matérias-Primas	419,92€
Matérias subsidiárias	75,27€
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.505,90€
Material de escritório	25.830,64€
Artigos para oferta	3.020,40€
Limpeza, higiene e conforto	1.027,22€
Material de transporte	5.583,12€
Material de educação, cultura e recreio	144,13€
Vestuário e artigos pessoais	8.505,24€
Outros fornecimentos e serviços	145.133,95€
Produtos químicos	1.113,44€
TOTAL	192.359,23€

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		215.711,11€
Compras		507.609,95€
Regularizações de Existências		-9.824,92 €
Existências finais		192.359,23 €
Custos no exercício		521.136,91 €

f) Dívidas de Terceiros

Utentes- O valor de 152.003,98 €, corresponde à dívida pelo consumo de água por parte dos utentes relativo a recibos debitados no final do ano.

Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa - O valor de 38.824,52€, corresponde às dívidas que pelo seu atraso no pagamento, são consideradas de cobrança duvidosa, sendo já receita virtual e sobre a qual já foi emitida a certidão de dívida. Estas dívidas são expressas pela importância constante dos documentos que as

titulam e registam um aumento superior a 11.000,00€ em relação ao ano de 2012.

Estado e outros entes públicos - O valor de 45.799,22 € representa o montante do IVA a reembolsar do Estado, constituindo portanto uma receita do Município para o ano de 2014.

h) Depósitos em instituições financeiras e Caixa

Depósitos em instituições financeiras - O valor de 3.346.848,01€, corresponde á disponibilidade em instituições financeiras, resultante da soma dos saldos de todas as contas bancárias, e refletidos no Resumo Diário da Tesouraria do último dia do ano. De referir que 486.247,21€ são referentes a operações de tesouraria principalmente cauções e ou reforços de garantia, significando portanto que este valor será restituído aos depositários aquando da conclusão das obras ou levantamento das cauções. Assim, apenas o valor de 2.860.600,80€ corresponde ao dinheiro disponível no fim do ano.

Caixa- O valor indicado nesta rubrica corresponde ao total dos meios de pagamento disponíveis na Tesouraria do Município e refletido no Resumo Diário de Tesouraria que no último dia do ano regista o valor de 3.669,03 €.

Passivo

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados. É constituído por três componentes, designadamente:

- Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo (empréstimos bancários);
- Dívidas a Terceiros a Curto Prazo - fornecedores de imobilizado e conta corrente; Estado e Outros Entes Públicos (Operações de Tesouraria e IVA) e Outros Credores (resultam nas cauções e garantias bancárias e subsídios a outras entidades);
- Acréscimos e Diferimentos - Acréscimos de custos, que dizem respeito a custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que

sem documentação vinculativa, mas cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores e Proveitos diferidos, que compreendem as receitas ocorridas no exercício ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

i) Património

Esta Conta reflete as variações do imobilizado, e altera apenas com a aplicação dos resultados pelo que o valor de 16.067.419,56€ não regista qualquer alteração.

j) Subsídios

Esta conta regista os subsídios recebidos a qualquer título, que não respeitem diretamente ao financiamento da despesa corrente nem ao financiamento de bens amortizáveis.

Os resultados transitados apresentam o valor final de 29.133.683,27€, ou seja uma diminuição de 839.877,85€ relativamente a 2012.

k) Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

O valor desta rubrica (5.013.100,11 €), diz respeito ao total da dívida com os vários empréstimos de médio e longo prazo contraídos nas várias instituições de crédito do capital utilizado até 31/12/2013, o qual comparativamente ao ano anterior, regista uma diminuição considerável de 868.585,28€.

l) Dívidas a Terceiros - Curto Prazo

Fornecedores c/c e Fornecedores de Imobilizado c/c -
Corresponde aos encargos assumidos e não pagos perante terceiros no montante global de 5.081,77 €, o que representa uma diminuição de 59.247,67 € relativamente ao ano de 2012.

m) Outros Credores

O valor de 10.695,85 € corresponde ao valor cobrado pela Câmara a entregar a outras entidades que não consideramos como dívida por o valor estar incluído nas operações de tesouraria.

Garantias e Cauções

O valor global de 445.344,88€, corresponde ao total das cauções apresentadas, também refletidas nas operações de tesouraria e corresponde na sua maioria aos valores retidos pelo Município relativo a empreitadas.

n) Acréscimos de Custos

O montante de 341.256,92 € corresponde aos direitos adquiridos pelos funcionários do Município no ano de 2013, relativos às férias e subsídios de férias a pagar em 2014, que este ano regista valor superior em 102.323,88€ ao do ano transato por terem sido repostos os cortes anteriormente verificados.

o) Proveitos diferidos

Corresponde ao valor arrecadado sobre obras comparticipadas pela Administração Central e Fundos Comunitários, registando uma diminuição de 99.681,71€ em relação ao ano anterior. O valor desta rubrica (24.709.098,25€) será movimentado na conta de proveitos conforme a contabilização das amortizações do imobilizado a que respeitam mostrando que no decorrer de 2013, o valor recebido de fundos Comunitários foi inferior ao valor amortizado nas obras financiadas.

3 - Notas à Demonstração dos Resultados

a) Custos e Perdas

Mais uma vez, o custo com as **Amortizações do exercício** apresenta o maior valor com 6.477.642,78€, representado 46,10 % do total dos custos Operacionais, seguindo-se a rubrica dos **Fornecimentos e serviços externos** com 3.865.162,90€ e 27,51 % e os **Custos com Pessoal** com 2.662.223,34€ e 18,95% do total. Conforme se pode verificar os Custos operacionais diferem para mais em 512.726,31€ comparativamente a 2012.

Transferências e subsídios correntes concedidos - O valor de 521.729,44€ evidencia o apoio dado a entidades e organismos legalmente constituídos, com vista a prossecução de eventos de

interesse Municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, mostrando-se que em relação ao ano anterior se verificou um aumento de 47.807,37€.

Custos e Perdas Financeiros - Este valor (44.933,12 €) resulta do pagamento dos juros associados aos empréstimos de médio e longo prazo, dos juros com os contratos de leasing, bem como dos serviços bancários que lhe estão afetos. Este valor é inferior em mais de 71.000 euros em relação a 2012 resultante da redução verificada nas taxas de juro, bem como do valor em dívida.

Ainda na rubrica de Custos e Perdas, há uma diminuição de 90.340,52€ em relação a 2012 nos **Custos e Perdas Extraordinárias**, que regista o total de 747.538,74€, valor onde estão incluídas as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, bem como outras entidades legalmente existentes com vista à prossecução de obras de interesse municipal, designadamente as Comissões Fabriqueiras, Centros de Dia e Noite.

b) Proveitos e Ganhos

Os valores aqui apresentados resultam da aplicação da Lei das Finanças Locais em matéria das receitas próprias das Autarquias, bem como dos fundos resultantes da participação em impostos do Estado ou protocolos de cooperação técnica e financeira.

A rubrica de **Transferências e Subsídios Obtidos** com o valor global de 9.280.796,03€ inferior ao do ano anterior em 668.880,86€ representa 78,70% do *total* dos Proveitos Operacionais e agrega as receitas provenientes do Estado como os Fundos Municipais e que por si só, representam 62,05% do total geral da receita do ano.

No conjunto das **Prestação de Serviços** registou-se o valor de 1.542.588,52€ e corresponde a 11,70% dos proveitos, resulta essencialmente do abastecimento de água e das rendas de concessão da EDP, da utilização dos espaços desportivos e culturais, da recolha de resíduos e dos cemitérios para além do trabalho de conta de particulares designadamente na execução de ramais de água e saneamento.

Os **Impostos e Taxas** com o valor de 969.008,14€ contribuem com uma percentagem de 7,35% para os proveitos operacionais e resultam essencialmente da cobrança dos impostos diretos (imposto sobre imóveis, transmissões onerosas e imposto único de circulação). Também as licenças de publicidade, licenciamento de obras e utilização de mercados entram neste item e regista um aumento de 338.485,40€ em relação ao ano de 2012.

Quanto aos **Proveitos e ganhos financeiros** no valor de 14.449,36€, resultam dos juros de depósitos á ordem com 2.974,36€ e 11.475,00€ relativo a venda de terreno na zona industrial.

Os **Proveitos Extraordinários** no valor de 1.382.048,81€ e que representa 10,48% do total dos proveitos, resultam essencialmente das taxas de relaxe, dos juros de mora e principalmente das operações de regularização de exercício, designadamente a percentagem igual ao valor das amortizações sobre os subsídios para investimento no valor global de 1.353.771,65 €.

8.2.13 - Em 31/12/2013, o não existe qualquer bem em regime de locação financeira.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Tal como nos anos anteriores continuam a existir bens que foram inventariados em anos anteriores com valor zero em virtude da sua antiguidade e da não existência de documentos de suporte e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado. São exemplo disso, os quadros e obras de arte, mobiliário antigo, um Planador cedido graciosamente pela Voadouro, telemóveis cedidos gratuitamente pela Portugal Telecom, uma central de telefone e um Modem, cedidos pela TMN, documento que se junta ao processo e que não sofre qualquer alteração ao do ano anterior.

8.2.15 - Os bens de domínio público que não são objeto de amortização são os constantes da conta 4.5.1 "Terrenos e Recursos

Naturais" os quais legalmente não são suscetíveis de amortização, não amortizando também os livros.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida bem como dos capitais próprios ou equivalentes e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Douro Superior Associação de Desenvolvimento

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 500,00 €

Capital Próprio: 136.571,89 €

Resultado do último exercício (2012): 16.508,36 €

Laboratório Regional de Trás-os-Montes

Complexo do Cachão

5370-132 - CACHÃO

Participação detida: 4,55%

Capital Próprio: 654.628,41 €

Resultado do último exercício (2012): 18.317,80€

Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos

Av. Combatentes da Grande Guerra

5160-217- TORRE DE MONCORVO

Participação detida: 6.000,00€

Capital Próprio: 699.531,01€

Resultado do último exercício (2012): 20.763,03€

IAREN-Instituto da Água da Região Norte

Rua Dr. Eduardo Torres, 229

4450-113 - MATOSINHOS

Participação detida: 299,28 €

Capital Próprio: 2.777.125,26€

Resultado do último exercício (2012) -163.892,96€

Associação de Municípios Terra Fria Nordeste Transmontano

Rua Visconde da Bouça

5301-903 - Bragança

Participação detida - 42.908,88€
Capital Próprio: 6.878.820,79 €
Resultado do último exercício (2012): 137.653,56€

Associação Nacional de Municípios Portugueses
Av. Marnoco e Sousa, 52
3004-511 - Coimbra

Participação detida - 4.756,00€
Capital Próprio: 1.957.846,00 €
Resultado do último exercício (2013): 141.789,54€

Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.
Castelo de Santiago da Barra
4900-360 - VIANA DO CASTELO

Participação detida: 1.500,00 €
Capital Próprio: 3.699.023,93€
Resultado do último exercício (2012): 1.725.653,96€

Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM-TM)
Rua Visconde de Bouça
5301 - 903 - BRAGANÇA

Participação detida:
Capital Próprio: 0.00€
Resultado do último exercício (2013): -158.166,71€

Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Regional
Av. Heróis de Castelo Rodrigo, n.º. 59
6440-113 - Figueira Castelo Rodrigo

Participação detida: 1.500,00 €
Capital Próprio: 307.202,90€
Resultado do último exercício (2012): 245.210,82€

Agência de Energia de Trás-os-Montes
Avenida dos Aliados, 9
5400- Chaves

Participação detida:
Capital Próprio: 33.446,53€
Resultado do último exercício (2012): 6.407,71€

Em anexo encontram-se os seguintes mapas:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Resumo da Execução da Receita e Despesa
- Mapa de Controlo Orçamental da Receita
- Mapa de Controlo Orçamental da Despesa
- Mapa dos Fluxos de Caixa
- Mapa das Contas de Ordem
- Mapa de Operações de Tesouraria
- Contratação Administrativa - Situação dos Contratos
- Mapa dos Empréstimos
- Síntese das Reconciliações Bancárias
- Relação Nominal de Responsáveis
- Execução Anual das Opções do Plano
- Modificações às Grandes Opções do Plano
- Modificações ao Orçamento da Receita e da Despesa
- Mapa de Transferências Obtidas Correntes e de Capital
- Mapa de Transferências e Subsídios Concedidos Correntes e Capital
- Mapa de Outras Dívidas a Terceiros
- Resumo Diário de Tesouraria
- Fundos de Maneio
- Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais
- Mapa síntese dos bens inventariados